

Avaliação Funcional como Procedimento para o Comportamento Alimentar: Definição, Tipos e Exemplos

João Manoel Rodrigues Neto¹

¹Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, SP,
Brasil

Nathália Ferrer Cassiano²

²Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São
Paulo, SP, Brasil

Resumo: O interesse por pesquisa e intervenção sobre o comportamento alimentar está em crescimento, mas parte relevante da produção nessa área foca excessivamente uma fronteira entre comer normal e comer patológico, derivada do modelo médico e uma concepção dualista sobre o comportamento, considerando-o causado por eventos mentais. A Análise do Comportamento pode contribuir para o estudo do comportamento alimentar com uma concepção alternativa, que define o comportamento de modo não dualista e estabelece leis gerais sobre as relações organismo-ambiente que não se restringem a padrões problemáticos. Parte dessa contribuição envolve o conceito e as características de procedimentos de avaliação funcional: o estabelecimento de relações de determinação do comportamento por variáveis ambientais presentes e passadas. O objetivo do presente trabalho é definir avaliação funcional, diferenciar os tipos de avaliação funcional existentes e exemplificar alguns comportamentos alimentares e suas possíveis relações com eventos ambientais. Para tanto, são ainda apresentados alguns conceitos auxiliares, como Modelo de Seleção por Consequências; Estímulos Antecedentes e Subsequentes; Reforçamento; e Condicionamento. Espera-se que este trabalho sirva como fonte de orientação para profissionais – de Psicologia, Nutrição e áreas afins – interessados em interpretar e/ou modificar o comportamento alimentar.

Palavras-chave: Comportamento Alimentar, Análise do Comportamento, Avaliação Comportamental.

Functional Analysis as a Procedure for Eating Behavior: Definition, Types and Examples

Abstract: Interest in research and intervention on eating behavior is growing, but a relevant part in this academic production focuses excessively on the boundary between normal and disordered eating derived from the medical model and a dualistic conception of behavior, considering it caused by mental events. Behavior analysis can contribute an alternative approach to studying eating behavior, defining behavior in a non-dualistic manner and establishing general laws about organism-environment relations that are not restricted to problematic patterns. Part of this contribution involves the concept and characteristics of functional assessment procedures: the establishment of relations determining behavior by present and past environmental variables. This paper defines functional assessment, differentiating the types of existing functional assessment and exemplifying some eating behaviors and their possible relations with environmental events. To this end, we also present some auxiliary concepts, including model of selection by consequences, antecedent and subsequent stimuli, reinforcement, and conditioning. The authors hope that this paper will serve as a source of guidance for professionals in Psychology, Nutrition and related areas interested in interpreting

and modifying eating behavior.

Keywords: Eating Behavior, Behavioral Assessment, Behavioral Analysis.

La Evaluación Funcional como Procedimiento para la Conducta Alimentaria: Definición, Tipos y Ejemplos

Resumen: El interés por la investigación e intervención sobre la conducta alimentaria es creciente, y una parte relevante de la producción en este ámbito se centra excesivamente en una frontera entre alimentación normal y alimentación patológica derivada del modelo médico y de una concepción dualista de la conducta, considerándola provocada por eventos mentales. El análisis de conducta puede contribuir al estudio de la conducta alimentaria con un enfoque alternativo, que define la conducta de forma no dualista y establece leyes generales sobre las relaciones organismo-ambiente que no se restringen a patrones problemáticos. Parte de esta contribución implica el concepto y las características de los procedimientos de evaluación funcional: el establecimiento de relaciones que determinan el comportamiento por variables ambientales presentes y pasadas. El objetivo de este trabajo es definir la evaluación funcional, diferenciar los tipos de evaluación funcional existentes y ejemplificar algunas conductas alimentarias y sus posibles relaciones con eventos ambientales. Para ello, también se presentan algunos conceptos auxiliares, como el modelo de selección por consecuencias; estímulos antecedentes y posteriores; reforzamiento; y condicionamiento. Los autores esperan que este artículo sirva como fuente de orientación para los profesionales –en Psicología, Nutrición y áreas afines– interesados en interpretar y/o modificar la conducta alimentaria.

Palabras clave: Conducta Alimentaria, Análisis de la Conducta, Evaluación Conductual.

O campo da alimentação e da nutrição necessita de estudos que analisem os comportamentos alimentares em vez de somente medir seus produtos (quantidade de comida, de nutrientes ou de calorias ingeridos). Para tanto, é necessário construir um arcabouço teórico consistente e abrangente por meio do qual se possa estudar padrões relativos à escolha, à preparação, à produção e ao consumo de alimentos, considerando-os parte do ambiente físico e social dos organismos/indivíduos de interesse.

Uma busca rápida na base de dados SciELO, fazendo uso dos termos “nutrição comportamental” ou “comportamento alimentar”, indica que foram publicados, entre 1980 e 2024, 611 artigos que

envolvem essa temática direta ou indiretamente. Quando se olha mais detidamente para as possíveis tendências de publicação, observa-se o crescimento no número de pesquisas entre 2001 e 2013¹ e um volume estável² de pesquisas desde então. Outra busca semelhante, na plataforma PubMed, fazendo uso dos termos “behavior nutrition” ou “behavioral nutrition” ou “eating behavior” ou “alimentary behavior”, indica, no mesmo período, a publicação de 7.334 artigos que englobam a mesma temática direta ou indiretamente, e uma tendência de crescimento similar a partir da década de 2000, chegando a um número de 774 artigos no ano de 2022. O resultado de ambas as buscas indica que a área de investigação

¹ Depois de uma sequência de anos com a publicação de um a três artigos por ano com a temática mencionada, há sete artigos por ano em 2001 e 2002, entre 10 e 15 artigos por ano de 2003 a 2007, entre 15 e 30 artigos por ano de 2008 a 2012 e o número máximo de artigos num único ano, 40, em 2013.

² Entre 20 e 40 pesquisas por ano, em todos os anos, excetuando-se 2024, ainda em curso no momento da escrita deste artigo.

a respeito do comportamento alimentar e as agendas de pesquisa que essa área inclui têm gerado um importante volume de pesquisas e publicações, independentemente de como avaliamos a qualidade ou a distribuição de tais pesquisas, atestando a relevância das temáticas por elas abordadas e o crescimento do investimento na área de intervenções relacionadas a questões alimentares.

De acordo com Moraes et al. (2021), no campo das pesquisas do comportamento alimentar há um grande foco na construção de protocolos e no estudo de comportamentos tratados como “anormais” ou “adoecidos”.

Isso seria resultado de uma forte influência do Modelo Médico de compreensão do comportamento e da saúde. O tipo de avaliação estrutural/sindrômica, afinada ao modelo médico, tende a ser muito adequado para o tratamento de doenças agudas, enquanto um modelo “. . . no qual um diagnóstico eficaz e um entendimento correto do processo da doença [condição de saúde] predizem satisfatoriamente o tratamento” (Sturmey, 2021, p. 14), por exemplo, para ferimentos/fraturas ou infecções causadas por micro-organismos.

Contudo, mesmo dentro da medicina, com múltiplos riscos associados e importantes componentes biocomportamentais, tais como obesidade, hipertensão ou doença arterial coronariana, não se enquadram prontamente a tal modelo . . . [e] no caso de doenças psiquiátricas complexas e distúrbios comportamentais, tem sido observado pouco sucesso no uso desse modelo (Sturmey, 2021, p. 15.)

A influência de um modelo médico nos estudos e intervenções sobre o comportamento alimentar tem algumas implicações teóricas e práticas, apontadas por Moraes et al. (2021), que passam pela manutenção da ignorância sobre o comportamento considerado típico e normal – repertório da maior parte das pessoas na maior parte do tempo – e culminam em um alto risco de patologização e no estabelecimento de uma descontinuidade rígida entre o comer “normal” e o “transtornado”. Daí decorre, potencialmente, a prática generalizada de prescrições do que seria um “comer saudável”, com admissões perigosas sobre os benefícios e malefícios de ingerir determinados alimentos.

Em uma nova busca assistemática, utilizando a base de dados do Google Acadêmico, com a combinação dos termos de busca “comportamento alimentar” e “terapia comportamental”, obteve-se 247 resultados entre os anos de 2020 e 2024. A inspeção dos resumos permite afirmar que, na maioria dos textos encontrados, as explicações e os estudos da área estão relacionados a modelos mentalistas, como as terapias cognitivo-comportamentais (TCC). Esse resultado preliminar indica a prevalência de abordagens mentalistas no estudo de temas psicológicos, que incluem outras implicações teóricas e práticas se partirmos da ideia da existência de uma mente que causa/explica como a pessoa se comporta, levando pesquisadores/profissionais a focarem os estados “interiores” e a desconsiderarem fatores ambientais relevantes. Além disso, o mentalismo tende à criação de construtos explicativos com pouca ou nenhuma base empírica e a potenciais essencialismos em torno de características tratadas como “posses” das pessoas ou mesmo como “doenças” equivalentes a quadros agudos/crônicos estudados pela medicina (Moore, 2003).

A Análise do Comportamento (AC), em caminho oposto à premissa de causas mentais/interiores, inclui eventos tradicionais de interesse da Psicologia, como pensamentos, sentimentos e autoconsciência como variáveis de interesse científico, sem atribuir a eles a função de causas para o comportamento publicamente observável. A AC lida com respostas – ações do organismo – e com sua relação com os contextos de sua ocorrência. Nesse sentido, a proposta de avaliação é funcional, focando o entendimento dessa relação para o organismo individual em questão. Como resume Sturmey (2021, p. 16): “As abordagens funcionalistas do comportamento retiram a ênfase na maneira em que o problema é apresentado e direcionam a atenção para a função que o comportamento pode ter para o indivíduo”. Em termos do comportamento alimentar, essa perspectiva permite um enfoque não só no consumo, mas também em uma cadeia de relações organismo-ambiente.

O comportamento alimentar é um conjunto de relações que o organismo estabelece com alimentos e eventos afins, promovendo padrões e hábitos que podem ter diferentes formas e atender a diferentes funções. Tornam-se foco, então, como os alimentos são obtidos, combinados, preparados, servidos e consumidos; os efeitos da privação/restrição de alimentos sobre as ações do organismo privado; e, ainda,

os efeitos de relações estabelecidas entre alimentos e outros eventos como o local, o horário e diante de quem as refeições ocorrem etc.

Um repertório alimentar envolve e pode ser influenciado por estímulos que alteram os estados emocionais, pela autoimagem corporal, pelos cuidados com a saúde, pelo conhecimento nutricional, pela aparência das refeições, assim como pelas sensações de prazer ou repulsa ao ingerir determinados alimentos, que eliciam respostas e fortalecem ou suprimem comportamentos que nos coloquem em contato com eles. Deve-se considerar, na observação e na interpretação do comportamento alimentar, ainda, que alimentos incluem nutrientes importantes para a sobrevivência da espécie e que a comida engloba funções adquiridas na história do indivíduo e em sua relação com a cultura.

O objetivo deste texto é apresentar uma contribuição da AC como área do conhecimento e estabelecer para profissionais e pesquisadores de quaisquer áreas interessados em comportamento alimentar uma ferramenta conceitual e metodológica de suma importância para a investigação e a intervenção sobre o comportamento: a Avaliação Funcional ou a Análise de Relações Funcionais. Assim, busca-se definir, exemplificar e estabelecer parâmetros para a realização de uma avaliação funcional do comportamento alimentar de modo a instrumentalizar profissionais de saúde interessados na interpretação e na modificação do comportamento alimentar.

Análise do Comportamento e Behaviorismo Radical na ciência do comportamento alimentar

O comportamento, na AC, é entendido e investigado como multicausado, a partir da análise de três níveis de variação e seleção: a filogênese, a história de condicionamento operante e a cultura. Ao considerar os três níveis de determinação, pode-se compreender por que certas respostas do indivíduo em relação à comida se mantêm e outras não (Dahás, Moraes, & Alvarenga, 2021), tornando o alimento e eventos afins estímulos antecedentes ou subsequentes com diferentes valores/funções para uma diversidade de comportamentos relevantes.

Entender a relação entre antecedentes e subsequentes do comer, leva a questionamentos como “em quais momentos?”, “o que acontecia?”, “como se sente?”, “o que sente depois?”, “o que acontece

depois?” e “desde quando é assim?”. Ou seja, a questão sobre a função do comportamento alimentar, daquilo que se come e o que se come e, de que modo essas respostas emergem.

Os antecedentes têm esse nome, pois antecedem as respostas – por exemplo, o relógio de parede indicado meio-dia é antecedente para sentar-se à mesa e almoçar em algumas casas –; já os eventos subsequentes têm esse nome por se seguirem às respostas, sendo denominados consequências (imediatas ou atrasadas) quando sua ocorrência depende das respostas às quais se seguem – por exemplo, podem ser subsequentes ao sentar-se à mesa, o almoço ser servido e o apresentador do telejornal espirrar, mas só o primeiro seria consequência do comportamento de sentar-se à mesa. Eventos subsequentes e consequências, ao longo da história de vida da pessoa, podem estabelecer relações de reforçamento positivo ou negativo.

No reforçamento positivo, aumenta-se a probabilidade de o comportamento ocorrer pelo acréscimo de eventos/estímulos ao ambiente, por exemplo, a sobremesa pode ser adicionada como consequência de uma criança comer todo o prato principal e tornar mais provável que “comer tudo” ocorra novamente. Já no reforçamento negativo, aumenta-se a probabilidade de o comportamento ocorrer pela remoção, adiamento ou atenuação de eventos/estímulos no ambiente, por exemplo, a briga dos pais pode deixar de estar presente quando a criança se levanta da mesa do almoço, tornando mais provável que ela “abandone a cena alimentar” em um contexto semelhante. O evento adicionado na relação de reforçamento positivo é denominado reforçador positivo, e o evento removido na relação de reforçamento negativo é denominado reforçador negativo. Sempre que se perde acesso a um reforçador positivo ou “ganha-se” acesso a um reforçador negativo, podemos falar em punição – nos exemplos anteriores, a criança poderia ser punida se tivesse como consequência de alguma classe de respostas sua, como “falar palavrão”, perder a sobremesa ou assistir a mais uma briga de seus pais.

A punição, temporariamente, suprime as respostas seguidas por ela, o que pode ser explicado por processos reflexos e/ou pelos padrões de reforçamento negativo associados (Skinner, 1953/2003). Os processos de reforçamento, extinção operante (no qual não se reforça mais o comportamento) e punição são responsáveis, em conjunção a processos reflexos, pela instalação, manutenção, modificação e interrupção

de classes que compõem repertórios comportamentais dos indivíduos, inclusive quando se trata do comportamento alimentar.

Diante disso, para se compreender por que um comportamento como os citados acima ocorre, Delitti (1997) afirma que a Análise Funcional é um dos instrumentos mais valiosos para a prática clínica, pois é a partir dela que se torna possível o levantamento correto dos dados necessários para os processos de intervenção.

Procedimentos de Avaliação Funcional e exemplos

A Avaliação Funcional é um procedimento idealmente sistemático que pode ser utilizado para identificar as funções ou propósitos que determinados comportamentos alimentares servem para um indivíduo. Esse processo envolve a observação e análise das relações entre esses comportamentos alimentares e os contextos ambientais, sociais e emocionais em que ocorrem. Ela busca entender o “porquê” do comportamento, ajudando a identificar fatores que desencadeiam e mantêm comportamentos alimentares específicos.

Essas afirmações explicitam, por um lado, a importância teórica e metodológica da análise das relações funcionais, e, por outro lado, qual seria o produto de tais relações: a identificação de quais eventos – de modo geral, ambientais – podem alterar a probabilidade de outros – de modo geral, comportamentais (Neno, 2003). Ao tratar de relações funcionais, Neno (2003) utiliza dois importantes complementos. O primeiro é a implicação do conceito de operante, e diz respeito à ideia de análise da função de respostas como equivalente à análise dos efeitos que elas produzem sobre o ambiente – suas consequências – e de como respostas semelhantes têm sua probabilidade alterada por tais consequências.

O segundo é decorrente de seguir um modelo que inclui uma função selecionadora, em vez de apenas disparadora, para o ambiente, e uma função construtora, em vez de apenas receptora, para o organismo. Isto é, as relações entre atividades e consequências só podem ser analisadas considerando-se tanto sua interrelação com outras variáveis ambientais – consequências para outros comportamentos concorrentes, o contexto para as respostas operantes, antecedentes que provocam respostas reflexas, operações motivadoras em vigor

etc. – quanto a combinação de aspectos da história individual às histórias filogenética e cultural implicadas na construção do repertório e das sensibilidades de um dado organismo. Isso acarreta, como destacado por Micheletto (2000), a inclusão de variáveis de complexidade e temporalidade diversa. Em outras palavras, múltiplas variáveis ambientais controlam um único padrão de comportamento e múltiplas respostas estão relacionadas a uma mesma variável ambiental. Além disso, não apenas o presente, mas o passado recente e o passado remoto têm efeitos sobre como agimos, tornando nossa análise histórica.

A investigação de relações funcionais é uma prática central na AC e pode ser aplicada na construção de quadros de contingências entre respostas, estabelecendo possíveis eventos antecedentes e subsequentes relacionados a comportamentos específicos, conforme mencionado por Del Prette (2011). Essa construção é fundamentada em diversas fontes de informação e envolve a identificação do comportamento de interesse de um indivíduo, os contextos nos quais esses comportamentos ocorrem com maior frequência e o tipo de eventos que se seguem à ocorrência de tais comportamentos nos diferentes contextos.

Para melhor compreensão, há um exemplo ilustrativo na Tabela 1, demonstrando o comportamento de uma criança em idade da primeira infância que chora intensamente na presença de determinados alimentos que ela recusa.

Após a ilustração de uma investigação baseada no relato de adultos que cuidavam dessa criança, estabelecem-se como relações de contingência a presença de um dos adultos com os quais a criança mais convive como evento antecedente relevante e o tipo de reação que cada adulto tem ao choro como evento subsequente relevante para a ocorrência, em maior ou menor frequência, do choro em um quadro semelhante à Tabela 1.

A partir da representação anterior, é possível analisar as relações funcionais e algumas de suas vantagens em comparação com outros tipos de descrição ou interpretação do comportamento: a) excluem-se explicações internalistas e potencialmente estigmatizantes, como “gostar de fazer manha”; b) identificam-se variáveis ambientais que representam oportunidades maiores para a ocorrência da resposta de interesse; c) identifica-se a possível função da resposta de interesse, ou seja, que tipo de consequência

umenta sua probabilidade de ocorrer; d) identifica-se a provável função de alguns eventos ambientais com base em uma interpretação comportamental; e

e) permite-se a alguns agentes de mudança atuar diretamente sobre variáveis relevantes, a fim de alterar o comportamento de interesse.

Tabela 1

Contingências de criança com recusa alimentar.

Antecedente	Resposta	Consequência
Presença da mãe na mesa do almoço	1. Criança chorando (“manha”) para não comer determinado alimento	1. Mãe pega criança no colo (Sr+) e retira a comida recusada (Sr-) do prato. 2. Mãe combina que se comer terá sobremesa.
Presença do pai na mesa do almoço	1. Criança chorando (“manha”) para não comer o determinado alimento	1. Pai comanda que a criança coma (ext. + Sr-). 2. Pai ignora o comportamento (ext.).
Presença de babá na mesa do almoço	1. Criança chorando (“manha”) para não comer o determinado alimento	1. Babá ignora o comportamento (ext.).

Nota. Sr+ = reforçador positivo; Sr- = reforçador negativo; ext. = extinção.

Uma ressalva, quando se abordam as possíveis relações entre comportamento e variáveis ambientais, diz respeito ao grau de implicação de cada variável pode ter na determinação das ações do organismo/ sujeito.

. . . algumas variáveis funcionais são causais e outras correlacionais. Algumas são controláveis ou modificáveis. Outras não são. Algumas variáveis são importantes em magnitude, enquanto outras são triviais. Análises funcionais são probabilísticas em vez de determinísticas. Análises funcionais também não são excludentes. Isto é, uma relação entre duas variáveis não impossibilita relações entre estas e outras variáveis (Sturme, 2021, p. 23).

Isto implica que as variáveis descritas a partir da análise acima podem não ser as únicas relevantes e que sofrem interferência de um conjunto de outras variáveis. Frequentemente, contudo, ao realizar uma avaliação funcional, foca-se as variáveis (hipoteticamente) causais, modificáveis e importantes. Se, em termos práticos, é de interesse do profissional informado pela AC construir quadros de contingências que relacionem eventos ambientais e comportamentais, a fim de estabelecer relações funcionais, tal construção pode basear-se em diferentes fontes de informação,

como uma avaliação funcional: indireta, descritiva e experimental.

A primeira delas, a avaliação funcional indireta, é quando se utiliza uma coleta de informações por meio de relato (Hanley, 2012). Nesse tipo de avaliação funcional, o profissional ou pesquisador estabelece relações entre eventos com base em entrevistas – com o participante/cliente e/ou outrem, em questionários e em instrumentos padronizados. Pickart (2019) fez um levantamento de trabalhos com base em métodos de avaliação funcional indireta, encontrando um conjunto de procedimentos com base principalmente nos relatos de educadores, pais e outros cuidadores – dada a quantidade de trabalhos realizados com crianças e pessoas com deficiência. As principais vantagens desse tipo de avaliação funcional são uma provável menor duração, a possibilidade de investigar comportamentos não prontamente observáveis por um profissional/pesquisador, a praticidade – especialmente relevante em muitos contextos clínicos – e a coleta de dados sobre a história do comportamento, o que pode ser difícil de obter por meio da observação direta. Entretanto, uma de suas limitações é que não é capaz de capturar todas as nuances dos contextos e das contingências envolvidas no comportamento, e que os relatos nem sempre são precisos (Hanley, 2012). Seus principais objetivos visam entender preliminarmente os contextos em que o comportamento ocorre e as

possíveis funções, bem como desenvolver hipóteses sobre as causas e os fatores de manutenção do comportamento, que podem ser testadas posteriormente com métodos diretos ou experimentais. Aqui pode ser utilizado um questionário sobre padrões alimentares para pais de crianças com problemas alimentares, identificando possíveis desencadeadores como estresse ou horários irregulares de refeições. Em adultos compulsivos, questionários e escalas podem ser utilizados para identificar padrões e frequências dos episódios de compulsão alimentar, ou, em quadros de anorexia, inquéritos para a obtenção de informações sobre padrões e preferências alimentares.

Outra fonte de informações relevantes para o estabelecimento de relações funcionais é a observação direta das respostas de interesse conforme elas ocorrem no ambiente natural do participante/cliente e/ou no ambiente clínico ou de investigação. Essa análise fornece dados empíricos sobre as circunstâncias que desencadeiam e mantêm os comportamentos, permitindo uma compreensão mais precisa de suas funções. Nesse caso, há as vantagens decorrentes da observação como procedimento metodológico (Danna & Matos, 2006; De Rose, 1999): ater-se ao próprio fenômeno de interesse mais que a inferências; focar relações comportamento-ambiente; estabelecer maior grau de objetividade que aquele possível com base em relato verbal etc. No caso de ter como principal fonte de informações a observação direta das respostas de interesse, o profissional/pesquisador pode realizar uma Avaliação Funcional Descritiva ou uma Análise Funcional propriamente dita.

Ao observar diretamente os antecedentes e consequentes dos comportamentos, os analistas do comportamento podem identificar padrões e desenvolver intervenções mais eficazes e personalizadas para abordar comportamentos alimentares problemáticos. Um exemplo seria observar e registrar como uma adolescente reage a diferentes alimentos durante uma refeição em família, anotando as interações sociais e respostas emocionais associadas ao comportamento alimentar. Em adultos compulsivos, coletar dados sistemáticos sobre a frequência e o contexto dos episódios de compulsão alimentar por meio do registro alimentar, realizado pelo paciente/cliente em um diário detalhado, e observar o comportamento alimentar do indivíduo em situações estressantes.

Na avaliação funcional descritiva, não há qualquer procedimento experimental ou de manipulação

direta de variáveis ambientais pelo profissional, que apenas observa o comportamento e quando, onde, diante de quem ele ocorre, podendo fazer melhores inferências sobre os possíveis determinantes do comportamento, mas sem garantir uma relação de dependência entre as variáveis investigadas (Hanley, 2012). Ao realizar uma Análise Funcional, o profissional/pesquisador manipula direta e sistematicamente variáveis potencialmente relacionadas ao comportamento, e pode testar se elas atuam ou não como contexto favorável à manutenção das respostas de interesse, usando procedimentos característicos da experimentação. Este tipo de avaliação é mais controlado e permite a identificação precisa das relações de determinação. Algo parecido seria realizar uma intervenção experimental, na qual se altera a disponibilidade de alimentos favoritos e a atenção dos pais de uma criança, para observar mudanças em comportamentos de recusa alimentar.

Se retornarmos ao exemplo da Tabela 1, conclusões sobre a relação entre o comportamento de choro da criança na presença de determinados alimentos recusados por ela e a presença/ausência de adultos de sua convivência seriam obtidas em uma Avaliação Funcional Descritiva, se o profissional observasse diretamente a criança em interação com esses adultos.

As diferenças entre os tipos de informação podem implicar diferentes graus de certeza sobre as funções do comportamento e, por conseguinte, diferentes graus de certeza sobre intervenções apropriadas e seus efeitos, como ilustrado por pesquisas sobre diferentes padrões de comportamento clinicamente relevantes (Almeida, Ortega, Meletti, Rodrigues Neto, & Santos, 2019; Iwata, Dorsey, Slifer, Bauman, & Richman, 1994; Vermes & Banaco, 2013; Wilder, Masuda, O'Connor, & Baham, 2001).

Por outro lado, métodos contemporâneos de avaliação funcional indicam a possibilidade de que a coleta inicial de relatos possa ser um passo na construção de análises funcionais sintetizadas (Hanley, 2012) ou de função única (Iwata & Dozier, 2008). A sintetização implica a observação direta do efeito de múltiplos antecedentes e consequências, sem isolá-los (Lemos & Jessel, 2021); este modelo de análise funcional é denominado IISCA (Entrevista Sintetizada e Análise de Contingências Intermitentes – Interview Informed Synthesized Contingency Analysis), e tem demonstrado efetividade e aceitabilidade por clientes, pais e cuidadores. Além disso, Lemos e Jessel

(2021) sugerem que seu caráter prático facilita sua aplicação por outros profissionais, além dos analistas do comportamento, o que a tornaria uma proposta de adaptação facilitada a diferentes realidades.

A análise de função única, por sua vez, parte de uma coleta baseada em avaliação funcional indireta e descritiva para eleger uma provável contingência mantenedora específica – em vez de testar experimentalmente diversos antecedentes e consequências, o profissional estabelece um procedimento de reversão entre uma condição controle e a condição experimental, que consiste na apresentação da contingência mais provavelmente relacionada ao comportamento-alvo. Tanto os procedimentos com base na IISCA quanto na análise de função única são validados pela produção de resultados de intervenções pautadas na linha de base obtida por elas, podendo ser revistas e adaptadas em caso de resultados negativos.

Além disso, qualquer que seja a fonte de informações necessária/utilizada pelo clínico/pesquisador na formulação de avaliações funcionais, demanda que o comportamento seja “corretamente descrito, em termos operacionais confiáveis” (Sturmey, 2021, p. 28). Compulsão, por exemplo, precisaria ser definida quanto ao tipo de respostas englobadas sob esse rótulo, como comer em grandes quantidades e não conseguir interromper o fluxo de ingestão de alimentos; anorexia precisaria ser definida como a repetição de padrões específicos de purgação/compensação – correr muito em uma esteira, ingerir diuréticos; e restrição – recusa a determinados alimentos, horas transcorridas entre refeições, volume da refeição consumida.

Frequentemente, os rótulos sobre padrões comportamentais se baseiam nessas características formais, contudo, é possível e ideal classificar os comportamentos pelo tipo de variável ambiental que os mantém, posto que “vários comportamentos moleculares muito diferentes são agrupados porque foi hipotetizado que eles apresentam a mesma função . . .” (Sturmey, 2021, p. 28). Isso inclui não apenas padrões “problemáticos”, como os que levam a diagnósticos de transtornos, como compulsão ou anorexia, mas também padrões “adequados”, como preparar um jantar, comprar alimentos frescos, fazer exercícios de maneira parcimoniosa etc.

Até aqui podemos afirmar que a avaliação funcional na prática clínica do analista do comportamento é um processo integral que envolve a identificação das funções dos comportamentos problema

e a proposição de intervenções baseadas nessas funções. Ao compreender as contingências que mantêm os comportamentos, os analistas podem desenvolver estratégias eficazes e personalizadas para promover mudanças comportamentais positivas e duradouras.

No âmbito dos transtornos alimentares, Oliveira (2005) sugere que a avaliação funcional deve ser delineada durante a entrevista inicial clínica. Essa coleta inicial tem como objetivo esclarecer os fatores que contribuem para o desenvolvimento e a manutenção do transtorno, além de explorar a interconexão entre seus padrões de comer transtornado e outras dificuldades enfrentadas pelo indivíduo. Para realizar essa avaliação funcional, Oliveira (2005) orienta que o profissional deve: a) investigar os padrões prévios de perda e ganho de peso; b) identificar eventos associados às oscilações de peso; c) examinar comportamentos e regras relacionadas ao peso, à forma corporal e à alimentação; d) analisar a ocorrência de métodos de purgação e as situações críticas que os desencadeiam; e) avaliar a presença de ataques, sua gravidade, frequência e contextos que os provocam; f) observar hábitos alimentares; g) explorar sentimentos associados à imagem corporal; e h) considerar o nível de funcionamento social e familiar do cliente.

A avaliação funcional, conforme Cavalcante (2009), em vez de buscar uma única causa para o comportamento alimentar inadequado, considera a interação de diversas variáveis que contribuem para sua manutenção. A instalação e a persistência de compulsões alimentares podem estar relacionadas à falta de fontes alternativas de reforçamento positivo no ambiente, especialmente durante a infância (Cavalcante, 2009). Essa escassez pode levar à utilização do alimento como substituto.

Ademais, o comportamento alimentar pode ser sustentado por reforçamento negativo, em que a ingestão de alimentos atua como uma estratégia para aliviar estados emocionais aversivos, como sensações corporais envolvidas na ansiedade. Assim, as intervenções devem se concentrar na modificação dessas contingências, promovendo a substituição de comportamentos potencialmente danosos por repertórios mais adaptativos.

Alguns exemplos de possíveis relações funcionais estabelecidas no comportamento alimentar

Descrever as relações funcionais presentes nos contextos alimentares abrange o ambiente no qual a pessoa

está inserida, como ela responde e as consequências que essas respostas produzem, ou seus efeitos. Começamos na infância, que é a fase do desenvolvimento na qual geralmente se tem contato com diversos alimentos e um período crítico para a construção dos hábitos alimentares, como escolhas, preferências e recusas.

Ao analisar, por exemplo, um possível repertório de uma criança, que se recusa a comer, com base

em uma avaliação funcional de seletividade alimentar, percebe-se, na descrição das relações, como o comportamento dessa criança pode ocorrer devido ao constante reforço de seu ambiente. Pode-se traçar como comportamentos-alvo da criança: realizar o lanche sem distratores e experimentar alimentos novos, para se definir estratégias de ensino envolvidas no planejamento da intervenção.

Tabela 2

Exemplo de quadro de contingências de caso de seletividade alimentar.

Antecedente	Resposta	Consequência
Prato com legume	A criança empurra o prato	A mãe retira o prato (Sr-). A mãe combina que se comer tem sobremesa (Sr+).
Mãe oferece uma fruta	A criança diz “não”	-
Hora do lanche	A criança liga o tablet para ver desenho	A mãe serve a comida com a criança assistindo a um desenho (Sr+).

Nota. Sr+ = reforçador positivo; Sr- = reforçador negativo.

Os problemas comportamentais de alimentação do indivíduo passam a envolver classes funcionais maiores, com funções semelhantes, mesmo que apresentem formas diferentes. Analisando agora um tipo de padrão de comportamento para investigar adequadamente o que seria um episódio de compulsão, pode-se partir da definição tradicional deste como um episódio de consumo excessivo de alimento, seguido por um sentimento de perda de controle.

O primeiro passo para operacionalizar uma avaliação funcional seria, assim, descrever que respostas estão implicadas no “consumo excessivo” e no “sentimento de perda de controle”. Ao exemplificar, como vemos no exemplo de contingência detalhado na Tabela 3, um cliente, em atendimento, comenta que “comer uma pizza inteira em poucos minutos segue-se de uma sensação de desconforto”. Considera-se que a avaliação funcional aqui exposta envolva a descrição ou – idealmente – observação do contexto de ocorrência das respostas de interesse e de seus efeitos sobre o ambiente.

Digamos que se chega à conclusão de que o episódio compulsivo desse cliente se deu após um dia de trabalho longo e foi seguido simultaneamente por estimulação “prazerosa” decorrente do sabor e das qualidades

nutricionais da pizza; pela remoção de sensações corporais típicas de um dia estressante; e pelo desconforto característico decorrente de ter o estômago muito cheio.

Restaria ainda, considerando-se a definição de episódio compulsivo, estabelecer as condições relevantes para o critério “sentimento de perda de controle”. Para isso, algumas condições produzidas imediatamente após o consumo da pizza serão relevantes, mas é provável que outras variáveis, relativas à história de contato com contingências e regras do possível participante cliente-alvo da avaliação, como demonstrados na Tabela 4, também estejam implicadas.

Podemos imaginar que, com a típica sensação física de desconforto produzida após o consumo excessivo de alimentos, regras sobre alimentação e peso poderiam ser relatadas pelo cliente que traz como queixa um episódio compulsivo. Segue-se a Tabela 4, mantendo-se a ideia de encadeamento de respostas.

Por fim, na Tabela 5, suponhamos que outro cliente cite que restringe severamente sua ingestão de alimentos, limitando-se a pequenas porções de vegetais e frutas, evita alimentos considerados “calóricos” ou “gordurosos”, conta calorias e pratica exercícios físicos intensos.

Tabela 3

Exemplo de quadro de contingências de possível caso de compulsão alimentar.

Antecedente	Resposta	Consequência
Dia “ruim” no trabalho US e CS	Alteração do estado corporal (UR e CR): alteração da motilidade gástrica, taquicardia, sudorese etc.	Trata-se de um conjunto de reflexos.
Estado corporal decorrente do dia estressante (sentimentos de raiva/frustração) (Sr-)	Pedir uma pizza grande	Pizza (Sr+).
Pizza (Sd)	Comer a pizza inteira	Sabor da pizza (Sr+). Momento social comendo a pizza (Sr+). Remoção ou atenuação do estado corporal decorrente do dia estressante (Sr-). Desconforto decorrente do estômago cheio (Sr-).

Nota. US = estímulo incondicionado; CS = estímulo condicionado; UR = resposta incondicionada; CR = resposta condicionada; Sd = estímulo discriminativo; Sr+ = reforçador positivo; Sr- = reforçador negativo.

Tabela 4

Exemplo de quadro de contingências de possível caso de compulsão alimentar.

Antecedente	Resposta	Consequência
Pizza (Sd)	Comer a pizza inteira	Sabor da pizza (Sr+). Momento social comendo a pizza (Sr+) Remoção ou atenuação do estado corporal decorrente do dia estressante (Sr-). Desconforto decorrente do estômago cheio (Sr-).
Remoção ou atenuação do estado corporal decorrente do dia estressante (Sr-) Desconforto decorrente do estômago cheio (Sr-) + Regras sobre peso e sobre alimentação ¹	Relatos com a forma “vou engordar”, “não deveria comer tanto”	Atenção social (Sr+). Críticas do grupo (Sr-). Autocrítica (Sr-).

Nota. Sd = estímulo discriminativo; Sr+ = reforçador positivo; Sr- = reforçador negativo.

Tabela 5

Exemplo de quadro de contingências de possível caso de anorexia.

Antecedente	Resposta	Consequência
Imagem corporal padronizada pela sociedade	Contar calorias ao comer Comer pequenas porções	Receber elogios (Sr+) por sua perda de peso visível.
Imagem corporal distorcida de si mesma	Contar calorias ao comer Comer pequenas porções Praticar exercícios físicos intensos	Controle: Magreza desejada (Sr+ e Sr-).

Nota. Sr+ = reforçador positivo; Sr- = reforçador negativo.

Essa análise funcional destaca como os antecedentes, os comportamentos e as consequências interagem para manter os padrões de comportamento restritivo do cliente em relação à alimentação, à contagem de calorias e aos exercícios físicos intensos. Com base nessa análise funcional, é possível desenvolver estratégias de intervenção individualizadas que abordem essas necessidades, como se a contagem de calorias é usada como uma maneira de controle. As intervenções podem promover uma relação mais saudável com a alimentação, identificar fatores de risco para recaída e desenvolver estratégias de prevenção eficazes.

Exemplos de pesquisas na área da Análise do Comportamento

Dentro da AC, vemos boas ferramentas comportamentais nos trabalhos de Mann (1972), que investigou o uso de contingências para redução de peso em adultos, e de Epstein, Parker, McCoy e McGee (1976), que realizaram uma análise descritiva e comparativa da regulação do comportamento de comer em crianças obesas e não obesas.

Um dos estudos de destaque e com exemplos efetivos é o de Ferster, Nurnberger e Levitt (1996), chamado “O controle da alimentação”. Para os autores, a análise teórica do comportamento alimentar começa com a observação de uma contingência em que a resposta de comer produz um conflito de consequências. Assim, foi proposto um programa com a manipulação de diferentes variáveis a fim de reduzir a probabilidade do comer excessivo. Esse planejamento envolveu a manipulação de condição aversiva para aumentar operações motivadoras, como realizar sessões de grupo em que os participantes seriam treinados a descrever as consequências individuais de comer excessivamente no dia a dia e de como o peso afeta suas vidas. Também foram incluídas a organização dos horários das refeições e a orientação para que a pessoa consumisse uma quantidade significativa de alimentos pouco antes de uma situação em que a disposição para comer é forte. A dieta com foco na perda de peso deve ser orientada pela quantidade de alimentos e não pela restrição do alimento.

A manipulação de estímulos condicionados (respostas reflexas que acompanham o preparo de alimentos reduzirão se esses comportamentos não forem seguidos de “alimento na boca”), discriminativos (por exemplo, o local da refeição) da cadeia de

respostas que leva ao comer e o desenvolvimento de um repertório alternativo incompatível com o comer excessivo, são outras maneiras de desenvolver autocontrole alimentar. Aqui entende-se a necessidade da análise funcional, pois o consumo alimentar também está associado a fatores emocionais como tristeza, depressão e ansiedade. O que Ferster, Nurnberger e Levitt (1996) destacaram em seu trabalho é a importância do olhar para as condições ambientais e as contingências que são responsáveis por controlar o comportamento alimentar.

A análise funcional em intervenções comportamentais, como nos casos de transtornos de obesidade, compulsão alimentar, anorexia e transtorno dismórfico se mostram necessárias. Meyer e Barbosa (2007) identificaram os comportamentos relacionados à alimentação excessiva em dois adolescentes obesos, com o objetivo de promover mudanças por meio de um processo terapêutico comportamental e verificar se as mudanças nesses comportamentos relacionados seriam seguidas. Foram feitas análises funcionais das situações-problema, promovendo a compreensão e as possibilidades de mudança. O tratamento com base na análise funcional foi útil para a perda de peso e para o desenvolvimento de diferentes habilidades sociais.

Santos e Soares (2017) apresentaram um modelo de análise funcional em níveis molar e molecular no atendimento de uma participante de 22 anos diagnosticada com Bulimia Nervosa. A análise funcional realizada pelos autores avaliou os fatores que influenciaram o comportamento da participante, identificando como antecedentes os conflitos em sua vida, a proximidade dos dias de prova, o tempo ocioso, os comentários depreciativos do ex-namorado (“você vai ficar gorda”) e a ausência de atividades acadêmicas. O comportamento-alvo identificado foi o comportamento alimentar inadequado, caracterizado pelo comer em excesso seguido de indução ao vômito, sendo mantido por consequências como o alívio do desconforto abdominal, configurando um caso de reforço negativo. A análise das interações entre esses elementos possibilitou a compreensão da função do comportamento.

Ao investigar o controle exercido por eventos antecedentes e consequentes sobre os comportamentos-problema de duas pessoas com diagnóstico de obesidade grau III (mórbida), Jardim (2018) utilizou a análise funcional. A partir de uma entrevista, observou os excessos comportamentais relacionados ao

consumo alimentar, os déficits no controle da ingestão de alimentos e os efeitos desses padrões em diferentes contextos individuais e sociais ao longo da história de vida das participantes. Além disso, os comportamentos destes foram analisados em seus ambientes naturais. O estudo revelou que ambas as participantes cresceram em um ambiente familiar com oferta excessiva de alimentos, sedentarismo e sobrepeso desde a infância. As participantes também relataram múltiplas tentativas frustradas de emagrecimento, frequentemente seguidas de reganho de peso, além de dificuldades em resolver problemas e lidar com emoções negativas. Jardim (2018) identificou ainda a ausência de outros reforçadores no ambiente, levando ao uso da comida como estratégia para lidar com situações aversivas e emoções negativas, além de padrões de comportamento regidos por regras em relação à alimentação. Como intervenção, a pesquisadora aplicou um programa de autocontrole, que incluiu a prática de exercícios, autocuidado, aumento da ingestão hídrica, controle calórico, entre outras estratégias, além de um planejamento para prevenir recaídas. Os resultados indicaram uma perda de peso gradual em ambas as participantes.

Já no comportamento alimentar infantil, a análise funcional tem sido utilizada para investigar recusas alimentares, seletividade e dificuldades durante as refeições. Em uma revisão sistemática abrangendo quatro bases de dados (PsychInfo, JABA, ERIC e PubMed) no período de 2000 a 2016, Saini, Kadey, Paszek e Roane (2019) buscaram identificar estudos empíricos que aplicassem a análise funcional para compreender comportamentos inadequados em crianças durante as refeições e que auxiliassem no planejamento de estratégias de intervenção. No entanto, foram encontrados apenas 18 estudos, e muitos deles não forneceram detalhes específicos sobre as características dos participantes ou sobre o delineamento da análise funcional.

Seguindo a proposta de avaliação funcional, Magalhães, Serrano, Alvarenga e Dahás (2020) basearam-se em cenas de um programa televisivo no qual uma nutricionista atuava para promover a melhora alimentar de uma criança. As autoras demonstraram, por meio de análises funcionais, os comportamentos exibidos pela criança, por sua mãe e por uma profissional de saúde. E em seguida descreveram as estratégias de intervenção pautadas em princípios básicos da AC. Concluíram pela necessidade de mais estudos que

se debrucem sobre a operacionalização do repertório do terapeuta encarregado de implementar as estratégias de intervenção, bem como sobre a relevância da análise funcional para melhor compreensão dos comportamentos-alvo.

Gover, Hanley, Rupell, Landa e Marcus (2023) conduziram uma análise funcional do comportamento problemático durante as refeições de uma criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA), utilizando a IISCA com o objetivo de melhorar a aceitação alimentar do participante, que apresentava seletividade alimentar. A avaliação funcional teve como propósito confirmar as informações da entrevista com os cuidadores, demonstrar controle sobre o comportamento problemático nas refeições, estabelecer uma linha de base para esses comportamentos e identificar um contexto motivador para aumentar o consumo alimentar durante o tratamento. No estudo, foram priorizadas a colaboração com os cuidadores, a autonomia da criança e a não utilização de procedimentos coercitivos (como a extinção de fuga). Os autores ressaltam que a avaliação funcional se revelou um meio eficiente, seguro e confiável para compreender as variáveis envolvidas. Foi possível identificar os padrões de comportamento e as contingências específicas que influenciavam a seletividade alimentar, e houve melhora no consumo de alimentos não preferidos.

Vimos até aqui que selecionar o comportamento a ser analisado é o primeiro passo da análise de relações funcionais. Enquanto um passo necessário, a análise de relações funcionais exigirá que o profissional observe diretamente, ouça os relatos e use critérios que possam auxiliar nessa seleção, conforme sugere Sturmey (2021), que envolve ensinar comportamentos incompatíveis, e que estes sejam socialmente valorizados ou selecionar comportamentos que atuaram em uma mudança a longo prazo.

Bueno, Magri e Nogueira (2014) apresentaram o papel imprescindível da análise de relações funcionais sobre o comportamento alimentar ao avaliarem três padrões problemáticos do comer: bulimia, compulsão alimentar e anorexia nervosa. Estratégias de observação direta e coleta de relatos relativos à alimentação compuseram a primeira fase de um delineamento experimental de sujeito único, mencionada no estudo de caso da bulimia nervosa. Tal procedimento permitiu avaliar as melhores estratégias para o controle tanto dos episódios compulsivos quanto dos episódios

de purgação, característicos dos sujeitos que recebem esse diagnóstico, com base na manipulação de condições antecedentes e subsequentes na cena alimentar, no contato controlado com alimento e em regras para o estabelecimento de respostas alternativas.

No caso do comer compulsivo, associado à obesidade, a avaliação funcional indireta – realizada por meio de questionário estruturado e da escrita terapêutica – permitiu elencar eventos aversivos na história da paciente, associados com estados corporais evocativos do comer compulsivo, operações motivadoras condicionadas que tornavam mais provável o consumo imoderado de alimentos e contextos e consequências mantenedores de padrões de auto-avaliação negativos. Com base nos eventos elencados, a intervenção, pautada em padrões de comportamento alternativos, em estratégias para interações sociais assertivas e na regulação do acesso a alimentos, obteve sucesso em modificar padrões alimentares problemáticos.

E, na anorexia nervosa, também foi realizada a avaliação funcional indireta, com base em entrevista clínica e em instrumentos padronizados, que elencou os comportamentos de interesse e possíveis variáveis mantenedoras. As estratégias de intervenção envolveram a psicoeducação, a listagem de padrões alimentares e de seus efeitos, bem como o treino em princípios da AC, o que permitiu ao paciente realizar a avaliação funcional descritiva de seu próprio comportamento. As estratégias foram bem-sucedidas em instalar repertórios alternativos ao de recusa alimentar e controle excessivo da ingestão de alimentos.

Conclusão

A análise funcional é um meio eficiente, seguro e confiável de entender as variáveis individualizadas que influenciam o comportamento alimentar, contribuindo para o delineamento de tratamentos eficazes. O grande desafio para o profissional informado pela AC é fazer uma avaliação funcional correta. Isso demanda alta sensibilidade às relações entre comportamento e ambiente, conhecimento dos princípios analítico-comportamentais necessários à interpretação do comportamento e uma leitura crítica do comportamento enquanto uma relação na qual estão envolvidos organismo e ambiente.

Neste artigo, buscou-se apresentar o conceito, os critérios e alguns exemplos de uso de procedimentos para avaliação e análise funcional do comportamento

alimentar, de modo a instrumentalizar profissionais interessados em interpretar e intervir sobre os padrões alimentares humanos. A avaliação funcional envolve o rastreamento, preferencialmente empírico e experimental, das relações que existem entre eventos ambientais e eventos comportamentais, isto é, das relações de contingência. O foco prioritário é estabelecer as consequências que explicam a manutenção de certos padrões de respostas que, no escopo deste trabalho, envolvem comportamentos de escolha, preparação e consumo de alimentos. Os alimentos, nas contingências operantes relativas ao comportamento alimentar, funcionam como reforçadores – primários ou condicionados, positivos ou negativos – e como estímulos discriminativos. Por outro lado, funcionam também como eliciadores – condicionados ou incondicionados – de reflexos que acompanham os padrões operantes. A investigação dessas funções e das funções de outros eventos contextuais – como o espaço da cena alimentar, estímulos sociais, a presença ou a ausência de outras pessoas etc. – permite a compreensão do comportamento alimentar.

Uma das principais vantagens teóricas e práticas da avaliação funcional enquanto meio de avaliação do comportamento alimentar é a consideração da continuidade entre comportamentos alimentares ditos “normais” e “patológicos”, visto que envolvem os mesmos processos comportamentais gerais e demandam, em sua instalação ou supressão, a ação sobre um mesmo conjunto de fatores ambientais mantenedores. Outra vantagem, derivada da primeira, é a desestigmatização do sujeito, uma vez que seu comportamento é visto não como uma essência ou produto dela, mas como função de uma história de interação com o mundo. Por fim, também há maior margem para a ação do sujeito e de profissionais que o acompanham, na medida em que possam manipular, direta ou indiretamente, variáveis eliciadoras, evocativas ou reforçadoras para os comportamentos de interesse. Há, assim, a possibilidade de a avaliação funcional acompanhar múltiplos processos de promoção à saúde alimentar.

Após a apresentação dos argumentos e dados expostos, espera-se que se possa reconhecer o papel da AC como uma ciência relevante para pensar o comportamento alimentar, bem como sua capacidade de gerar uma tecnologia de intervenção fundamentada nos conceitos e nos métodos de análise das relações funcionais.

Referências


- Almeida, P. E. M., Ortega, C. M., Meletti, H. D., Rodrigues Neto, J. M., & Santos, W. M. (2019). Estratégias metodológicas para avaliação e análise funcional do comportamento obsessivo-compulsivo. *Psicologia: Teoria e Prática*, 21(3), 386-404. <https://dx.doi.org/10.5935/1980-6906/psicologia.v21n3p386-404>
- Bueno, G. N., Magri, M. R., & Nogueira, G. R. (2014). Análise funcional: tecnologia para o controle de comportamentos alimentares problema. *Revista Fragmentos de Cultura*, 24(6), 49-59. <https://doi.org/10.18224/frag.v24i0.3564>
- Cavalcante, L. C. (2009). *Obesidade e análise do comportamento*. Unama.
- Dahás, L. D. J., Moraes, C. H. C., & Alvarenga, M. S. (Orgs.). (2021). *Ciência do comportamento alimentar*. Manole
- Danna, M. F., & Matos, M. A. (2006). *Aprendendo a observar*. Edicon.
- Delitti, M. (1997). Análise funcional: o comportamento do cliente como foco da análise funcional. In M. Delitti (Org.), *Sobre comportamento e cognição. A prática da análise do comportamento e da terapia cognitivo-comportamental* (Vol. 2, pp. 37-44). ARBytes.
- Del Prette, G. (2011). Treino didático de análise de contingências e previsão de intervenções sobre as consequências do responder. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 2(1), 53-71. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-35482011000100006&lng=pt&tlng=pt
- De Rose, J. C. (1999). O relato verbal segundo a perspectiva da análise do comportamento: contribuições conceituais e experimentais. In R. A. Banaco (Org.), *Sobre comportamento e cognição: aspectos teóricos, metodológicos e de formação em análise do comportamento e terapia cognitivista* (2a ed., pp. 148-163). Esetec.
- Epstein, L. H., Parker, L., McCoy, J. F., & McGee, G. (1976). Descriptive analysis of eating regulation in obese and nonobese children. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 9(4), 407-415. <https://doi.org/10.1901/jaba.1976.9-407>
- Ferster, C. B., Nurnberger, J. I., & Levitt, E. B. (1996). The control of eating. *Obesity Research*, 4(4), 401-410. <https://doi.org/10.1002/oby.1996.4.4.401>
- Gover, H. C., Hanley, P. G., Ruppel, K. W., Landa R. K., & Marcus, J. (2023). Prioritizing choice and assent in the assessment and treatment of food selectivity. *International Journal of Developmental Disabilities*, 69(1), 53-65. <https://10.1080/20473869.2022.2123196>
- Hanley, G. P. (2012). Functional assessment of problem behavior: Dispelling myths, overcoming implementation obstacles, and developing new lore. *Behavior Analysis in Practice*, 5(1), 54-72. <https://doi.org/10.1007/BF03391818>
- Iwata, B. A., & Dozier, C. L. (2008). Clinical application of functional analysis methodology. *Behavior Analysis in Practice*, 1(1), 3-9. <https://doi.org/10.1007/BF03391714>
- Iwata, B. A., Dorsey, M. F., Slifer, K. J., Bauman, K. E., & Richman, G. S. (1994). Toward a functional analysis of self-injury. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 27(2), 197-209. <https://doi.org/10.1901/jaba.1994.27-197>
- Jardim, C. de O. (2018). *Avaliação funcional e estratégias de autocontrole como alternativas para o tratamento da obesidade mórbida* [Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de Goiás].
- Lemos, F. M., & Jessel, J. (2021). IISCA: uma proposta de análise funcional. *Comportamento em Foco*, 13(13), 110-112. https://www.researchgate.net/publication/348630245_IISCA_uma_proposta_de_Analise_Funcional
- Magalhães, M. R., Serrano, C., Alvarenga, M. S., & Dahás, L. J. de S. (2020). “Socorro! Meu filho come mal”: Uma análise do comportamento alimentar infantil. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 11(1), 79-91. <https://doi.org/10.18761/PAC.2020.v11.n1.07>
- Mann, R. A. (1972). The behavior-therapeutic use of contingency contracting to control an adult behavior problem: Weight control. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 5(2), 99-109. <https://doi.org/10.1901/jaba.1972.5-99>
- Meyer, S. B., & Barbosa, D. R. (2007). Repeated measures in case studies relating social competence and weight loss in two obese adolescents. *The International Journal of Behavioral Consultation and Therapy*, 3(3), 384-393.
- Micheletto, N. (2000). Bases filosóficas da noção de relação funcional. *Revista brasileira de Terapia Comportamental e cognitiva*, 2(2), 115-121
- Moore, J. (2003). Behavior analysis, mentalism, and the path to social justice. *The Behavior Analyst*, 26(2), 181-193. <https://doi.org/10.1007/BF03392075>

- Moraes, C., Dahás, L., Gomide, C., Serrano, C., Alvarenga, M., Moraes, J., Cunha, V., & Melo, S. (2021). Operacionalizando o comportamento alimentar. In M. Alvarenga, L. Dahás, & C. Moraes (Orgs.), *Ciência do comportamento alimentar* (pp. 91-128). Manole.
- Neno, S. (2003). Análise funcional: definição e aplicação na terapia analítico-comportamental. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 5(2), 151-165. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-55452003000200006&lng=pt&tlng=pt
- Oliveira, B. M. (2005). *Os transtornos alimentares sob a perspectiva analítico-comportamental* [Monografia apresentada como requisito para conclusão de curso, Centro Universitário de Brasília].
- Pickart, T. I. M. (2019). *Avaliação funcional indireta e descritiva: Uma caracterização metodológica de trabalhos empíricos* [Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo]. Repositório PUC-SP <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/22667>
- Saini, V., Kadey, H. J., Paszek, K. J., & Roane, H. S. (2019). A systematic review of functional analysis in pediatric feeding disorders. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 52(4), 1161-1175. <https://doi.org/10.1002/jaba.637>.
- Santos, D. R., & Soares, M. R. Z. (2017). Avaliação inicial e funcional de um caso clínico de Transtorno Alimentar sob a perspectiva da Análise do Comportamento. *Revista Brasileira de Psicoterapia*, 19(2), 45-58.
- Skinner, B. F. (2003). *Ciência e comportamento humano* (11a ed.). Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1953)
- Sturme, P. S. (2021). *Análise funcional em psicologia clínica* (M. H. C. Gomes, & J. H. Almeida, Trads.). EDUEL.
- Vermes, J. S., & Banaco, R. A. (2013). The study of some functional relations involved in the obsessive-compulsive behaviors. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 15(2), 18-34. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-55452013000200003&lng=pt&tlng=pt
- Wilder, D. A., Masuda, A., O'Connor, C., & Baham, M. (2001). Brief functional analysis and treatment of bizarre vocalizations in an adult with schizophrenia. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 34(1), 65-68. <https://doi.org/10.1901/jaba.2001.34-65>

João Manoel Rodrigues Neto

Psicólogo. Doutor em Psicologia Experimental – Análise do Comportamento pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professor titular na Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo – SP. Brasil.


E-mail: jmrneto222@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-7549-9008>

Nathália Ferrer Cassiano

Psicóloga. Mestre em Psicologia Experimental – Análise do Comportamento pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo – SP. Brasil.

E-mail: nathaliatferrer@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0001-9783-9168>

Endereço para envio de correspondência:

Laboratório de Psicologia Experimental, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Rua Bartira, 387, Perdizes. CEP: 05009-000. São Paulo, SP. Brasil.

Recebido 14/06/2024

Aceito 04/06/2025

Received 06/14//2024

Approved 06/04/2025

Recibido 14/06/2024

Aceptado 04/06/2025

Disponibilidade de dados: os dados da pesquisa estão disponíveis no corpo do artigo.

<https://doi.org/10.1590/1982-3703003287569>

Editores responsáveis: Miriam Cristiane Alves e Rafael Wolski de Oliveira.

Como citar: Rodrigues Neto, J. M., & Cassiano, N. F. (2026). Avaliação Funcional como Procedimento para o Comportamento Alimentar: Definição, Tipos e Exemplos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 46, e287569. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003287569>

How to cite: Rodrigues Neto, J. M., & Cassiano, N. F. (2026). Functional Analysis as a Procedure for Eating Behavior: Definition, Types and Examples. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 46, e287569. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003287569>

Cómo citar: Rodrigues Neto, J. M., & Cassiano, N. F. (2026). La Evaluación Funcional como Procedimiento para la Conducta Alimentaria: Definición, Tipos y Ejemplos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 46, e287569. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003287569>